



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 6367/MAP – 21 Julho 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2274/XI/1ª

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 4063 de 19 do corrente do Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

SMM



GABINETE DO MINISTRO

19. JUL. 2010 - 004063

Exmº Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
o Ministro dos Assuntos Parlamentares
Dr. André Miranda

Assunto: Pergunta nº 2274/XI/1ª – Do Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE)
– Privatização da TAP

Em resposta às perguntas subscritas pelos Sr. Deputado do BE, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, depois de consultada a Secretaria de Estado das Obras Públicas e das Comunicações de remeter as seguintes respostas.

1. Quais os estudos efectuados que permitem ao Governo sustentar a privatização da TAP?

O Governo, por decisão conjunta do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministério das Finanças e da Administração Pública, constituiu em 2009 uma Comissão para a Reestruturação Económica e Financeira da TAP, na qual também participa o Concelho de Administração Executivo da TAP. No âmbito dos trabalhos desta Comissão têm vindo a ser desenvolvidos estudos sobre a matéria em apreço.

A recapitalização do Grupo TAP é uma necessidade urgente e sem ela a empresa encontra-se numa situação fragilizada, correndo riscos de, face a uma nova crise de mercado ou de aumento dos preços dos combustíveis, a empresa ser arrastada para uma situação de ruptura financeira e de impossibilidade de, por si só, solver os seus compromissos.

Tendo em conta a situação do país e as imposições legais do direito europeias quanto ao desvirtuamento das regras da concorrência, impedindo que os Estados ajudem financeiramente as empresas de transporte aéreo, é aconselhável que a melhoria da liquidez da empresa se faça com base nos seus activos disponíveis e com base na melhoria dos resultados operacionais. Este é o caminho que tem sido seguido



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

pela TAP. Mostrando-se contudo tal ainda insuficiente, deverão ser consideradas todas as alternativas que permitam defender os interesses inalienáveis da empresa e do país em matéria de transporte aéreo e defesa dos investimentos efectuados.

2. Qual é, concretamente, a parte da empresa que será privatizada?

Conforme respondido anteriormente ainda não há ainda uma decisão sobre esta matéria.

3.irá o Ministério fornecer os estudos que sustentaram esta decisão à Assembleia da República?

Em momento oportuno, o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações fornecerá à Assembleia da República os estudos que sustentam a decisão que vier a ser tomada.

4. Neste quadro, quais os prazos e condições da referida privatização?

Não existindo ainda uma decisão sobre a matéria, não é possível indicar prazos e/ou outras condições da referida privatização.

5. Compromete-se o Estado a garantir os postos de trabalho associados às empresas a alienar?

Na decisão que vier a tomar, o Governo Português garantirá os direitos dos trabalhadores e os interesses inalienáveis do país através da função que a transportadora aérea de bandeira detém no desenvolvimento económico e na competitividade do país, assegurando-se para tal, o saneamento financeiro da empresa, essencial para a satisfação do desiderato acima referido.

Da mesma forma e mantendo-se em crescendo os níveis de produtividade que a empresa tem vindo a atingir, já comparáveis com os da média das congéneres europeias, e garantindo-se a competitividade no seio da concorrência, há condições para a empresa continuar, como até aqui, a oferecer excelentes oportunidades de trabalho, independentemente de quem seja o dono das acções.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

6. Quais os impactos esperados do ponto de vista da evolução do défice?

Uma vez que, como se refere atrás, não há ainda uma decisão final sobre o modelo a adoptar sobre a questão da privatização da TAP, não é ainda conhecido o impacto esperado do ponto de vista da evolução do défice.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DE GABINETE,

(Manuel Farto)